

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
André R. C. Fontes	15
APRESENTAÇÃO	
Patrícia Aurélia Del Nero	19
CAPÍTULO 1	
APLICAÇÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL NO AGRONEGÓCIO	
Adriana Carvalho Pinto Vieira, Antônio Márcio Buainain	21
Introdução	21
Construção da nova institucionalidade na área da propriedade intelectual	24
Instrumentos e modalidades de proteção da propriedade intelectual no agronegócio	30
1 Patentes	30
2 Proteção de cultivares	32
3 Marcas	36
4 Indicação geográfica	40
Considerações finais	46
Referências	48
CAPÍTULO 2	
CULTIVARES SOB A PROPRIEDADE INTELECTUAL	
André R. C. Fontes	51
CAPÍTULO 3	
A UPOV 1991 E UM NOVO MARCO REGULATÓRIO PARA AS CULTIVARES NO BRASIL	
Newton Silveira, Alison Francisco	65
Introdução	65
1 O sistema de proteção <i>sui generis</i>	67
2 O artigo 27.3 (b) do TRIPS	67
3 UPOV	68
4 Prazo para assinatura e adesão ou ratificação ao texto de 1991	71
5 Coexistência de dois diferentes textos	72
5.1 A adesão ao texto de 1978	72
5.2 Direito ao desenvolvimento	73
6 Evolução da Proteção de Cultivar no Brasil	74
7 Adesão à UPOV 1991	76

8	Convenção da UPOV – Versão de 1991 e o Anteprojeto de Lei – Intersecções e pontos sensíveis.....	77
8.1	Definições	77
8.2	Formas, implementação e amplitude de proteção	78
8.3	Tratamento nacional, reciprocidade e critérios técnicos.....	78
8.4	Forma e prazos para requisição de exclusividade e direito de prioridade.....	78
8.5	Extensão da proteção	79
8.6	Exceções ao direito do obtentor	80
8.7	Derivação essencial e exceção do melhorista	83
8.8	Restrições e fim do direito do obtentor	84
8.9	Prazos de proteção	86
8.10	Nulidade do direito do obtentor.....	86
8.11	Relações entre Estados vinculados a diferentes textos	86
8.12	A obtenção no texto de 1991	88
9	Uma nova lei de cultivares – Um novo horizonte	89
	Referências	91

CAPÍTULO 4

A PROTEÇÃO DE CULTIVARES NO ESTADO DE MINAS GERAIS – UMA VISÃO ESTRATÉGICA

Ediney Neto Chagas	93
Introdução	93
1 Histórico	94
1.1 O impacto no mercado de sementes.....	96
2 A Lei de proteção de cultivares	99
3 As Instituições Mineiras	101
3.1 A EPAMIG.....	102
3.2 UFV.....	106
Programa Milho.....	108
Programa Cana-de-açúcar	108
Programa Soja	109
3.3 UFLA.....	111
Programas de melhoramento arroz e feijão da UFLA	113
Transferência de Tecnologia na UFLA.....	113
4 Conclusão	114
Referências	115

CAPÍTULO 5

PROPRIEDADE INTELECTUAL – PATENTES E CULTIVARES

Charlene Maria Coradini de Ávila Plaza, Fábio Carraro	117
Introdução	117
1 Das patentes de invenção na lei de propriedade intelectual	118
1.1 Do contributo mínimo da atividade inventiva no processo de transgenia de uma variedade vegetal.....	120
1.2 Os requisitos objetivos das patentes de invenção – Arts. 8º e 24º da Lei nº 9.279/96	126

1.3	O art. 42, I e II e seus objetos de proteção	129
2	Distinções das funções sistêmicas de proteção entre patentes e cultivares.....	132
	Considerações finais	138
	Referências	140

CAPÍTULO 6

CGEN, PATRIMÔNIO GENÉTICO, CONHECIMENTOS TRADICIONAIS E PATENTES

Carla Eugênia Caldas Barros	143
Introdução	143
1 Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN)	146
2 Processos junto ao CGEN.....	149
2.1 Disposições normativas.....	150
3 A Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001	152
4 Regramentos e exigências do CGEN	153
5 Outras exigências	157
6 Patentes biotecnológicas, patrimônio genético e conhecimento tradicional associado.....	160
7 Considerações finais	168
Referências	171

CAPÍTULO 7

A EVOLUÇÃO DA BIOTECNOLOGIA NO CAMPO E A ATUAÇÃO DA COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA – CTNBIO NA TUTELA DA BIODIVERSIDADE

Lucas de Souza Lehfeld	175
Introdução – A evolução histórica da biotecnologia	175
1 Biotecnologia – Importância e evolução conceitual	177
1.1 Política de desenvolvimento da biotecnologia.....	183
2 Biossegurança e marco legislativo no Brasil.....	186
3 Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio).....	192
4 Exigibilidade do Estudo de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) e a CTNBio	196
Considerações finais	201
Referências	202

CAPÍTULO 8

BIOSSEGURANÇA E BIOTECNOLOGIA – A INCONSTITUCIONALIDADE CHEGA À AGRICULTURA

Patrícia Aurélia Del Nero	205
Introdução	205
Principais aspectos referentes à proteção da biotecnologia e sua relação com a biossegurança: uma construção exploratória.....	206
Aspectos referentes à avaliação estatal das questões referentes à biossegurança: questões subjacentes	210

Biossegurança: a constituição descumprida: até quando?	218
Considerações finais	238
Referências	239

CAPÍTULO 9

PROPRIEDADE INTELECTUAL E EXPORTAÇÃO DE SOJA: REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA ARGENTINA E BRASILEIRA FACE AOS JULGADOS PELAS CORTES EUROPEIAS

Marcelo Dias Varella, Maria Edelvacy Pinto Marinho	241
1 Acordo TRIPS e o tratamento das invenções biotecnológicas	242
2 Caso Monsanto nas cortes europeias face às exportações argentinas	245
3 Estratégia no Brasil e as possíveis repercussões das decisões europeias	252

CAPÍTULO 10

AS MARCAS COLETIVAS NA AGROPECUÁRIA

Patrícia Carvalho da Rocha Porto	257
Introdução	257
1 Os signos distintivos substanciais.....	258
2 Evolução histórica e social das marcas substanciais – Ontem e hoje.....	261
3 Da marca coletiva	266
3.1 Conceito	266
3.2 Previsão legal	266
3.3 Titularidade.....	267
3.4 Aquisição da propriedade da marca	268
3.5 Vínculo jurídico obrigacional	269
3.6 Função.....	271
3.6.1 Função de distinção de origem empresarial.....	271
3.6.2 Função de indicação de origem empresarial.....	272
3.6.3 Função de indicação de origem geográfica	274
3.6.4 Função de qualidade.....	275
3.7 Tipos de marcas coletivas.....	277
4 Marcas coletivas como instrumento de inovação	279
5 A utilização das marcas coletivas nas pequenas e médias empresas agrícolas e pecuaristas	281
6 Uma análise da situação da marca coletiva no Brasil	283
Considerações finais	286
Referências	286

CAPÍTULO 11

PROPRIEDADE INDUSTRIAL – INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS – A ORIGEM DO PRODUTO COM DIFERENCIAL DE QUALIDADE E DIVERSIDADE PARA INOVAÇÃO NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

Ludmilla Evelin de Faria, Ramon de Souza Oliveira, Nivaldo dos Santos	289
Introdução	289
1 Da origem histórica das Indicações Geográficas e sua atualidade	291

2	Princípios básicos das Indicações Geográficas.....	292
3	Do princípio constitucional das Indicações Geográficas e a Lei de Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/96).....	293
4	Dos objetivos e vantagens decorrentes de uma Indicação Geográfica.....	294
5	Do processo de registro das Indicações Geográficas brasileiras	295
6	Das Indicações Geográficas brasileiras	296
6.1	Indicação de Procedência do Vinho do Vale dos Vinhedos.....	296
6.2	Indicação de Procedência do Café do Cerrado Mineiro.....	297
6.3	Indicação de Procedência do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional.....	300
6.4	Indicação de Procedência do Couro do Vale dos Sinos.....	302
6.5	Indicação de Procedência da Cachaça de Paraty.....	303
6.6	Indicação de Procedência do Vale do Submédio São Francisco para Mangas e Uvas.....	304
7	Do processo de certificação da Indicação de Procedência do Açafrão de Mara Rosa.....	305
	Considerações finais	307
	Referências	309

CAPÍTULO 12

SELO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL E SEGURANÇA ALIMENTAR NO PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO DE PRODUÇÃO INTEGRADA

	Maria Cristina Vidotte Blanco Tarrega, Ionnara Vieira de Araújo.....	311
	Introdução	311
1	Produção agrícola e certificação – Exigência do mercado consumidor	312
1.1	A inserção do tema nas questões de desenvolvimento sustentável....	318
2	Sistema agropecuário de produção integrada	322
3	Marca de certificação de produção integrada	329
	Considerações finais	340
	Referências	341

CAPÍTULO 13

O USO DAS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS COMO INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

	Paulo Parente Marques Mendes, Lucas Antoniazzi	343
	Introdução	343
	Origem histórica e legislativa das indicações geográficas.....	345
	Indicações geográficas no Brasil.....	347
	Conceito e objeto	348
	Distinção entre indicação geográfica e marcas	349
	O procedimento de registro	351
	Efeitos do Registro de Indicação Geográfica.....	354
	Proteção jurídica contra o falso uso e a degenerescência da indicação geográfica	354



Valorização do produto	355
Proteção e expansão do mercado consumidor.....	355
Avanço das exportações	356
Benefícios econômicos indiretos	357
Desenvolvimento sustentável.....	358
Preservação do patrimônio cultural	358
Considerações finais	359
Referências	366

CAPÍTULO 14

INOVAÇÃO NA AGRICULTURA

Evaldo Ferreira Vilela	367
Introdução	367
1 A pesquisa na agricultura brasileira e o advento da Embrapa	369
2 A transferência de tecnologia para a inovação	372
3 Barreiras não tarifárias – Um grande desafio	373
4 Demandas e rumos da agropecuária	374
Considerações finais	376
Referências	377

SOBRE OS AUTORES	379
------------------------	-----

ÍNDICE DE ASSUNTO	385
-------------------------	-----

ÍNDICE ONOMÁSTICO	393
-------------------------	-----